

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

Quem somos

Iniciamos nossa jornada em 1979 com um propósito muito claro: prover saúde e bem-estar para cada um de nossos clientes oferecendo excelência em hortifruti e produtos frescos. Nossas raízes são de Minas Gerais e temos orgulho em dizer que a simplicidade e o respeito são pilares essenciais da nossa Companhia. Em 1984, demos um passo importante na nossa história e expandimos nossa operação para a cidade de Campinas no interior do estado de São Paulo. Em 1992, abrimos a primeira loja em Brasília no Distrito Federal e, em 1995, chegamos na cidade de São Paulo.

Desde a entrada da Crescera Capital como sócia no final de 2017, o Oba Hortifruti (“Companhia” e/ou “Óba”), razão social Grupo Fartura de Hortifrut S.A., passa por um processo de crescimento acelerado, focando na profissionalização e governança da Companhia. Em 2018, apenas um ano depois do início desta parceria, rompemos a barreira de R\$ 1 bilhão de receita líquida, e sabemos que podemos ir muito mais longe.

Nos posicionamos como uma rede varejista especializada em alimentos perecíveis frescos, onde nosso sucesso e crescimento estão apoiados em 3 pilares estratégicos: Experiência de Compra Única, Excelência Operacional e Preocupação com o Produto. Nossa cultura e nosso “jeito Oba de Ser” são fundamentais para executarmos com maestria esta estratégia e nos diferenciarmos no mercado.

Em um mundo cada vez mais digital onde os clientes são heterogêneos e imprevisíveis, sabemos que nosso sucesso e crescimento somente serão possíveis com um posicionamento muito claro e com um serviço que proporcione encantamento do cliente em toda e qualquer interação, onde, quando e como ele quiser.

No competitivo mundo do varejo e dos negócios, tão importante quanto saber quem você é, é saber quem você não é. Nós não somos supermercado. Somos Oba Hortifruti.

O jeito Oba de Ser, nossa essência

Com mais de 40 anos de história, pode se dizer que passamos por muita coisa. Enfrentamos mudança de regime de político, inúmeras crises nacionais e internacionais, cenários de hiperinflação, juros exorbitantes e uma série de outros desafios que nós brasileiros aprendemos a conviver. Quando achamos que já tínhamos vivido de tudo, nos deparamos com uma pandemia global que fez a humanidade e as empresas repensarem suas existências, reverem prioridades e se prepararem para um novo futuro. Nada disso foi capaz de deter a força e a resiliência do nosso modelo de negócios e do nosso jeito Oba de Ser, que está presente em tudo o que fazemos. Tudo mesmo.

Talvez o exemplo mais claro do nosso jeito esteja na experiência de compra que proporcionamos aos nossos clientes. Preocupamos com cada detalhe desta jornada, desde o momento em que o cliente chega na loja e estaciona o carro com tranquilidade e segurança, até o momento em que ele faz o checkout e vai embora feliz com os produtos de qualidade e saborosos que leva para casa. Nossas lojas são bonitas, limpas, iluminadas, com bancas e gôndolas agradáveis e bem distribuídas. Nossa equipe de colaboradores é bem treinada e proporciona um atendimento encantador aos consumidores, reforçando um aspecto crucial no mundo do varejo: o contato humano. Comprar em uma loja Oba é uma experiência social e sensorial: é isso que encanta desde a criança de 3 anos de idade que adora ver aquela imensidão de comida bonita e o boneco do tomate interagindo com ela; o jovem que quer comer bem e aproveitar nossos produtos manipulados e práticos para sua vida corrida; a mãe que se preocupa com alimentação dos filhos e faz questão de levar o melhor para casa a um preço justo; ou um idoso que por vezes tem um pouco mais de tempo e quer comprar um alimento fresco de qualidade, ter uma experiência de compra agradável e ser bem atendido, até porque ele merece. Todos merecem. E é isso que acreditamos desde o início da nossa jornada. Nossa negociação é marcada pela recorrência e alta frequência de compra, o que significa que temos vários pontos de contato de ativação com nossos clientes. Por um lado, isso é extremamente positivo, pois, nosso cliente está interagindo conosco sempre. No entanto, isso traz um desafio enorme que nos motiva que é a consistência na entrega de um excelente produto e serviço, dia após dia, sem descanso. Cada interação que o cliente tem conosco, seja comprando na loja ou online, comendo um de nossos produtos ou cozinhando em casa com a família e os amigos, enxergamos como uma oportunidade de renovação da confiança que ele tem na nossa marca.

Nosso jeito Oba de Ser também pode ser percebido da porta para dentro. Não é incomum termos colaboradores que estão na Companhia a 10, 20, 30 anos ou mais. Somos uma grande família e temos uma cultura muito forte que começou lá atrás com nosso fundador. Somos apaixonados pelo que fazemos e aprendemos a amar a Companhia como se fosse nossa casa, nossa família. Cuidamos da nossa equipe com muito respeito e carinho. Hoje contamos com mais de 7 mil funcionários que têm orgulho de trabalhar no Oba, que muitas vezes também são clientes do Oba e nos ajudam a divulgar nossa marca para seus círculos de amigos e familiares. Um ciclo virtuoso onde todos saem ganhando.

Aplicamos nosso jeito Oba de Ser também na relação com nossos fornecedores. Levamos isso tão a sério que um dos nossos valores é o que chamamos de “relações ganha-ganha”. Na nossa visão, não encaramos esse tipo de relação de forma que cada um se preocupa em ter a maior fatia do bolo, mesmo que sobre um pedaço menor para o outro. Para nós, o bolo não tem tamanho fixo. Buscamos relações nas quais os ganhos são mútuos e todos estejam empenhados a fazer o bolo inteiro crescer, maximizando valor para todos envolvidos. Costumamos dizer que nós desenvolvemos fornecedores. Nestes casos, isso implica em participar desde o planejamento e concepção do produto até chegar nas especificações e características finais dos alimentos que adquiriremos. deles. Hoje temos diversos parceiros que cresceram conosco ao longo destes 40 anos e nos enche de orgulho fazer parte destas histórias de sucesso. Também fazemos diferente nos produtos importados. Importamos produtos de cerca de 25 países e acessamos direto os fornecedores, pois, acreditamos que essa relação sem intermediários, apesar de dar mais trabalho, é o que garante a qualidade e a diferenciação que nos propomos a entregar. Gostamos de ilustrar o exemplo da cereja importada do estado norte americano do Oregon, onde montamos uma operação que permite que o produto esteja nas nossas lojas apenas 72 horas após ser colhido nos Estados Unidos.

Parafraseando o autor Simon Sinek em seu livro “Comece pelo Porquê”, tudo o que falamos e fazemos comprova o nosso propósito. Esta consistência entre discurso e execução oferece aos nossos clientes uma oportunidade de dizerem ao mundo quem eles são e no que acreditam. Nossos clientes compram no Oba porque valorizam as mesmas coisas que nós e se identificam com nossos valores. Isso produz relacionamentos e constrói confiança. E com a confiança vem a força da fidelidade.

Contexto atual e visão de futuro

Independentemente do setor, o desafio de toda empresa pode ser resumido em como criar, capturar e sustentar valor para seus clientes ao longo do tempo. Pode parecer uma visão simplista, mas nem sempre é fácil ter sucesso. Muitas empresas criam valores, mas falham na forma de capturar e não vendem seus produtos e serviços. Outras, até criam e capturam valores, mas não sustentam as vendas ao longo do tempo. Em uma sociedade cada vez mais dinâmica e digital, este exercício de criação, captura e sustentação de valor deve ser revisto incessantemente para que uma Companhia sobreviva no longo prazo. A história de crescimento do Oba demonstra que nossa estratégia se mostra acertada, e isso nos enche de confiança para crescemos ainda mais. Com o passar dos anos criamos uma operação que entrega alimentos de alta qualidade e com escala, um feito pouco trivial de se conseguir.

Na literatura do mundo dos negócios, existe uma equação que define: Satisfação do Cliente = Valor Percebido – Expectativas. A parte do Valor Percebido já exploramos bastante quando falamos sobre nosso jeito Oba de Ser. Outro variável interessante desta equação são as Expectativas. Elas são definidas por uma série de fatores como experiências anteriores, relatos de pessoas conhecidas, notícias da imprensa e todas as vivências das pessoas. As experiências anteriores são tanto com a própria empresa quanto com outros players de mercado, e é aqui que vemos uma enorme oportunidade. Quando uma pessoa que está acostumada a comprar em outros lugares compra em uma loja do Oba, a expectativa dela se eleva e assume outro patamar. A partir deste momento, para se conquistar de fato a satisfação deste cliente, qualquer experiência que não alcance o nível da experiência do Oba começa a frustrar o consumidor. Posteriormente, este cliente até pode comprar alimentos em outros lugares, mas porque ele precisa, e não porque ele quer. Surge o chamado “cliente refém”. Nossos clientes compram no Oba porque além de precisarem, eles querem. E isso faz toda a diferença.

Vivemos uma era de conscientização onde as pessoas e a sociedade reveem suas ações e prioridades, pensando mais na sustentabilidade do planeta e no bem-estar social. A pandemia veio para catalisar e acelerar este processo. No relatório UBS Investor Watch de Jun/21 foram divulgadas uma série de pesquisas mostrando tendências interessantes: investidores estão focados em algo mais profundo, uma busca por sentido, um senso de propósito e um desejo de contribuir mais para o mundo; existe um maior foco de se gastar tempo e dinheiro em experiências de vida e atividades sociais, ao invés de posses. Nossa proposta de valor está totalmente alinhada com esse tipo de tendência.

Acreditamos que o setor em atuamos tem um super poder. Muitos já ouviram a frase “você é o que você come”. O que comemos interfere em praticamente tudo na nossa vida: nossa saúde, na qualidade do nosso sono, nosso cheiro, nosso humor, nossa disposição, na textura da nossa pele, nossa energia, e por aí vai. Infelizmente, por conta do dinamismo e velocidade do mundo atual, muitas vezes colocamos a decisão da nossa alimentação no piloto automático. Corre-se o risco da nossa própria existência entrar no piloto automático. Entendemos que essa nova era de conscientização chegou para ficar. Escolher o que entra no nosso corpo é praticamente um super poder, pois, isso acaba definindo quem nós somos.

O icônico fundador e CEO da Amazon Jeff Bezos disse uma vez que mais importante do que tentar adivinhar o que irá mudar nos próximos 10 anos, é entender o que não irá mudar. No caso da operação de varejo da Amazon, ele entendeu que nos próximos anos os clientes iriam continuar querendo preço baixo, entrega rápida e opções de escolha. Seria estranho imaginar algum cliente reclamando “Amazon, adorei o produto, mas poderia me cobrar mais caro da próxima vez por favor?” ou “vocês poderiam ser mais lentos nas suas entregas?”. Trazendo a analogia para o caso do Oba, sabemos que independente das mudanças dos hábitos dos consumidores e dos impactos que a omnicanalidade traz para o mundo do varejo alimentar, as pessoas continuarão buscando alimentos de qualidade por um preço justo, através de uma experiência que possibilite a compra quando, como e onde elas quiserem. Não imaginamos um cliente questionando algo como “Oba, obrigado pela melancia, mas ela poderia estar menos saborosa e menos doce da próxima vez?” ou “o tomate estava muito bom, mas poderia me vender ele um pouco mais amassado por gentileza?”.

Queremos crescer porque acreditamos que estamos fazendo o bem para nossos clientes, do jeito certo, porque é certo. Quanto mais lojas Oba existirem, mais pessoas poderão comer bem, e por consequência terão uma vida melhor e serão mais felizes.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

Com o avanço da vacinação no Brasil e a retomada da confiança do consumidor em realizar atividades de entretenimento e consumo que haviam reduzido durante a pandemia, o setor de varejo alimentar tem se mostrado desafiador. Mesmo assim, a Companhia segue firme com o seu projeto de forte crescimento de vendas e ultrapassamos o patamar de vendas de mais R\$ 2,0 Bilhões no ano, impulsionado pela abertura de 11 novas lojas e aceleramos a nossa participação no mundo digital. No quarto trimestre de 2021, abrimos 04 (quatro) novas lojas em Santos, Sorocaba, Itatiba e São Paulo, ampliando nossa presença no estado de SP.

Em 31 de dezembro de 2021 operávamos com 72 lojas, 2 centros de distribuição e 1 frigorífico próprio.

A tabela a seguir apresenta uma seleção de informações financeiras e operacionais derivadas das nossas demonstrações financeiras, consolidadas, para os exercícios indicados:

(Em R\$ milhões, exceto quando indicado)	12M21	12M20	Var (%)
Receita Bruta	2.197	1.936	13,4%
Receita Líquida	2.017	1.780	13,3%
Lucro bruto	800	717	11,6%
Margem Bruta	39,7%	40,3%	(0,6) p.p.
EBITDA (1)	188	181	3,8%
Margem EBITDA (2)	9,3%	10,2%	(0,9) p.p.
EBITDA Ajustado (3)	210	225	-6,3%
Margem EBITDA Ajustado (4)	10,4%	12,6%	(2,2) p.p.
Lucro Líquido	21	44	-53,1%
Margem Líquida	1,0%	2,5%	(1,4) p.p.
Dívida Líquida (5)	376,7	194,3	
Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado	1,8x	0,9x	
Receita Líquida Total	2.017	1.780	13,3%
Receita Líquida Canal Físico (6)	1.896	1.672	13,4%
Receita Líquida Canais Digitais (7)	120,9	108,2	11,8%
Share da Venda Digital	6,0%	6,1%	(0,1) p.p.
Vendas Mesmas Lojas (Bruta)	1.809	1.805	0,2%
Vendas Mesmas Lojas (Líquida)	1.658	1.662	-0,2%
Números de Lojas	72	61	18,0%
São Paulo Capital	31	24	29,2%
São Paulo Interior	15	13	15,4%
Campinas	13	11	18,2%
Distrito Federal	11	11	0,0%
Goiânia	2	2	0,0%

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da Companhia em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

(2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.

(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo exercício, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA adicionado a linha de Outras receitas (despesas) operacionais líquida. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

(4) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida.

(5) A dívida líquida consiste no endividamento bancário bruto adicionado do Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras.

(6) Venda originadas por clientes dentro das lojas físicas.

(7) Vendas originadas por clientes por aplicativos e telefone. Inclui as modalidades de Delivery, onde o cliente recebe a mercadoria em casa, ou 'Click-and-Collect', onde o cliente origina a compra pelos canais digitais e retira a mercadoria na loja.

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021 foi de R\$ 2.017 milhões comparativamente a R\$ 1.780 milhões no exercício de 2020, o que representou um aumento de R\$ 237 milhões ou 13,3%. Este aumento é atribuído principalmente a receitas novas lojas abertas. Mesmo considerando a forte base comparativa do 4T20, impulsionada pelo impacto da pandemia e do isolamento social no consumo de perecíveis, apresentamos crescimento de vendas mesmas lojas (SSS: same store sales), que correspondem às operações com mais de 12 meses de funcionamento, de +0,2%.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 800 milhões comparativamente a R\$ 717 milhões de 2020, o que representou um aumento de R\$ 83 milhões ou 11,6%. Este crescimento é atribuído principalmente pela aumento da receita líquida do exercício. A queda da margem bruta de 40,6% em 2020 para 39,7% em 2021 deve principalmente (i) ao aumento da carga tributária sobre algumas categorias; (ii) ao investimento intensificado nas lojas inauguradas; (iii) à pressão inflacionária sobre os custos, especialmente em algumas categorias.

Despesas com vendas e distribuição

Despesas com vendas e distribuição no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 alcançaram R\$ 613,5 milhões comparativamente aos R\$ 496,3 milhões no exercício de 2020, representando um aumento de R\$ 117,2 milhões ou 23,6%. Este aumento é atribuído substancialmente: (i) ao aumento de despesas variáveis com vendas, tais como despesas com frete e transporte e taxas de cartões, decorrente do crescimento da receita do ecommerce acima da média da Companhia; (ii) à pressão inflacionária sobre contratos e itens de consumo (combustíveis, embalagens etc.); (iii) aos investimentos adicionais de marketing nas novas praças do plano de expansão; (iv) ao efeito de expansão intensa de lojas, gerando menor diluição de despesas fixas das lojas em curva de maturação. Despesas com vendas e distribuição representaram 30,4% e 27,9% da receita líquida nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 alcançaram R\$ 85,5 milhões, comparativamente aos R\$ 75,7 milhões no exercício de 2020, representando um aumento de R\$ 9,6 milhões ou 12,7%.

Este aumento representou uma queda de 0,1 ponto percentual sobre a receita líquida em comparação ao ano de 2020 e 2021, (de 4,3% para 4,2% da receita líquida de 2020), atribuída a ações na otimização de despesas na estrutura administrativa.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de (R\$ 22,1) milhões comparativamente a (R\$ 43,1 milhões) com o exercício de 2020, o que representou uma redução de R\$ 21,0 milhões ou 48,7% de despesas líquidas. Esta redução se deu principalmente à contingência tributária referente ao processo relativo ao INSS terceiras Entidades reconhecido no exercício de 2020 e, Outras receitas (despesas) líquidas representaram 1,1% e 2,4% da receita líquida nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

EBITDA e EBITDA Ajustado

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o EBITDA foi de R\$ 188 milhões comparativamente a R\$ 181 milhões do exercício de 2020, o que representou um aumento de 3,8%. As Margens EBITDA atingiram 9,3% e 10,2%, respectivamente em 2021 e 2020. Ajustando efeitos não recorrentes do resultado, aqueles incluídos na linha de Outras receitas (despesas) líquidas, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 210 milhões comparativamente a R\$ 225 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma queda de 6,3%, com Margens EBITDA Ajustado de 10,4% e 12,6%, respectivamente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhões de reais)	12M21	12M20
Resultado líquido do exercício	20,6	43,9
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	8,6	23,3
(+) Resultado financeiro, líquido	50,2	34,7
(+) Depreciação e amortização	30,2	18,9
(+) Depreciação do ativo de direito de uso (nota 16.a)	78,5	60,6
EBITDA	188	181
Margem EBITDA	9,3%	10,2%
(+) Despesa pré operacional 1	12,4	20,8
(+) Despesas de Reestruturação 2	2,9	0,2
(-) Processo INSS	-	17,5
(-) Outras (receitas) despesas	7,1	4,7
(-) (Receita) despesa na alienação de bens permanentes	(0,2)	-
EBITDA Ajustado	210	225
Receita líquida	2.017	1.780
Margem EBITDA Ajustado	10,4%	12,6%

(1) Refere-se a despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tais como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras.

(2) Refere-se a gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal que abrange todas as áreas operacionais e administrativas.

Auditores independentes

As demonstrações financeiras do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, foram revisadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor que consistem em: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; b) não exercer funções gerenciais; e c) não advogar pela Companhia ou prestar qualquer serviço que possa ser considerado proibidos pelas normas vigentes.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores do
Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
Campinas – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria	
Operação de arrendamento mercantil	
Veja as notas explicativas 7.k e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial, salvo as exceções permitidas pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.</p> <p>Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa de desconto incremental. A determinação da taxa de desconto envolve julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste nos saldos de passivos e ativos.</p> <p>A Companhia também exerceu julgamento para determinar o prazo de arrendamento, considerando a avaliação da Companhia de ter razoável certeza de exercer prorrogações.</p> <p>Devido às incertezas e aos julgamentos relacionados a premissas e estimativas na determinação da taxa de desconto e do prazo de arrendamento e à relevância das operações de arrendamento, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho dos controles implementados pela Companhia para a mensuração dos direitos de uso e dos passivos de arrendamento.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência das premissas e da metodologia utilizada na determinação da taxa de desconto dos contratos firmados em 2021, que foi calculada com base no custo de captação, ponderando os respectivos prazos dos contratos.</p> <p>Também avaliamos os julgamentos exercidos pela Companhia para determinar o prazo de arrendamento.</p> <p>Efetuamos testes documentais para exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos para mensuração dos contratos de arrendamento, e que suportam os valores registrados, bem como efetuamos a conferência aritmética e da adequada classificação do passivo de arrendamento entre circulante e não circulante. Consideramos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os montantes contabilizados relacionados ao CPC 06(R2)/IFRS 16 – Operação de arrendamento mercantil e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 25 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F


Juliana de Lira Bilachi
Contadora CRC 1SP254945/O-7

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	9	276.546	144.795	276.640	144.843	Fornecedores	17	138.717	131.031	138.738	131.103
Aplicações financeiras	10	5.672	6.000	5.672	6.000	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	226.723	45.070	226.723	45.070
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	-	832	-	832	Instrumentos financeiros derivativos	28.c	3.821	-	3.821	-
Contas a receber de clientes	11	129.616	124.458	129.693	123.811	Passivo de arrendamento	16.b	70.419	71.638	70.419	71.638
Estoques	12	158.839	134.467	158.839	134.082	Obrigações sociais e trabalhistas	19	49.879	51.288	49.996	51.409
Tributos a recuperar	13	20.936	14.994	20.936	15.000	Obrigações tributárias	20	11.768	10.769	11.792	10.780
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		7.484	488	7.484	511	Imposto de renda e contribuição social	26	3.739	7.365	3.739	7.376
Outros créditos		2.541	5.774	2.541	5.776	Parcelamentos tributários		3.815	5.350	3.815	5.350
Circulante		601.634	431.808	601.805	430.855	Contas a pagar		11.920	13.415	11.928	13.423
						Dividendos a pagar	22.f	1.501	10.433	1.501	10.433
						Outros passivos		687	728	689	728
						Circulante		522.989	347.087	523.161	347.310
Outros créditos		8.965	6.277	8.965	6.277						
Aplicações financeiras	10	10.230	-	10.230	-						
Depósitos judiciais		7.950	4.811	7.950	4.811						
Contas a receber com partes relacionadas	14	1.036	-	-	-	Provisão para passivo a descoberto em controlada		1.035	751	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	50.245	54.685	50.247	55.071	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	432.238	300.060	432.238	300.060
Tributos a recuperar	13	18.318	9.631	18.318	9.631	Passivo de arrendamento	16.b	311.806	226.355	311.806	226.355
Realizável a longo prazo		96.744	75.404	95.710	75.790	Parcelamentos tributários		5.173	7.432	5.173	7.432
Ativo de direito de uso	16.a	347.080	276.228	347.080	276.228	Provisão para processos judiciais	21	4.561	2.559	4.561	2.559
Imobilizado	15	452.193	304.770	452.193	304.809	Não circulante		754.813	537.157	753.778	536.406
Intangível		8.443	11.669	8.443	11.669			1.277.802	884.244	1.276.939	883.716
Não circulante		904.460	668.071	903.426	668.496	Total do passivo					
						Capital social	22.a	91.438	91.438	91.438	91.438
						Reservas de capital	22.b	20.000	20.000	20.000	20.000
						Reserva de benefício fiscal ágio	22.d	46.635	49.089	46.635	49.089
						Reserva de benefício fiscal subvenção	22.e	14.694	-	14.694	-
						Reservas de lucros	22.c	55.525	55.108	55.525	55.108
						Patrimônio líquido		228.292	215.635	228.292	215.635
Total do ativo		1.506.094	1.099.879	1.505.231	1.099.351	Total do passivo e patrimônio líquido		1.506.094	1.099.879	1.505.231	1.099.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de vendas	23	2.016.017	1.779.260	2.016.525	1.779.705
Custos das vendas	24	(1.216.189)	(1.062.394)	(1.216.342)	(1.062.572)
Lucro bruto		799.828	716.866	800.183	717.133
Despesas com vendas e distribuição	24	(612.430)	(496.277)	(613.588)	(496.293)
Despesas gerais e administrativas	24	(84.430)	(74.674)	(85.456)	(75.773)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	24	378	(55)	378	(55)
Outras receitas (despesas), líquidas	24	(21.941)	(43.158)	(22.116)	(43.155)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		81.405	102.702	79.401	101.857
Receitas financeiras	25	7.342	6.935	7.342	6.935
Despesas financeiras	25	(57.536)	(41.580)	(57.545)	(41.588)
Resultado financeiro, líquido		(50.194)	(34.645)	(50.203)	(34.653)
Equivalência patrimonial		(2.409)	(574)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		28.802	67.483	29.198	67.204
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(3.739)	(26.692)	(3.751)	(26.703)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	(4.440)	3.138	(4.824)	3.428
Lucro líquido do exercício		20.623	43.929	20.623	43.929
Lucro atribuível à acionistas controladores		20.623	43.929	20.623	43.929
Lucro atribuível à acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		20.623	43.929	20.623	43.929
Lucro básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$	27	7,42	15,80	7,42	15,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	20.623	43.929	20.623	43.929
Participação de acionistas controladores	-	-	20.623	43.929
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	20.623	43.929	20.623	43.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital				Reserva de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de benefício fiscal do ágio	Reserva de benefício fiscal - subvenção	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2020	91.438	20.000	-	-	1.514	35.644			-	148.596
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-			43.929	43.929
Destinação do lucro:										
Constituição da reserva legal	22.f	-	-	-	2.196	-	(2.196)	-	-	-
Distribuição de dividendos	22.f	-	-	-	-	(15.546)	(10.433)	(25.979)		
Reserva de benefício fiscal	22.d	-	-	49.089	-	-	-	-	49.089	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	31.300	(31.300)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	91.438	20.000	49.089	-	3.710	51.398			-	215.635
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	20.623	20.623	
Destinação do lucro:										
Constituição da reserva legal	22.f	-	-	-	1.031	-	(1.031)	-	-	-
Distribuição de dividendos	22.f	-	-	-	-	(3.068)	(4.898)	(7.966)		
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	22.d	-	-	(2.454)	-	-	2.454	-	-	-
Constituição da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	22.e	-	-	-	14.694	-	(14.694)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	2.454	(2.454)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91.438	20.000	46.635	14.694	4.741	50.784			-	228.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		28.802	67.483	29.198	67.204
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	24	30.244	18.908	30.244	18.908
Depreciação do arrendamento mercantil	16.a	78.542	60.593	78.542	60.593
Juros apropriados do passivo de arrendamento	16.b	26.171	21.804	26.171	21.804
Resultado de equivalência patrimonial		2.409	574	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível		2.418	4.357	2.457	4.357
Baixa de arrendamento	24	(849)	-	(849)	-
Provisão para processos judiciais	21	17.332	18.314	17.332	18.314
Provisão para perdas de estoques	12	1.359	(73)	1.359	(73)
Constituição (reversão) de perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	24	(378)	55	(378)	55
Juros provisionados, variação cambial, amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos e rendimentos financeiros	9, 16 e 18	19.503	8.604	19.503	8.604
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	5.571	(830)	5.571	(830)
Provisão de IOF sobre mútuo		-	(22)	-	(22)
Provisão para bônus	19	5.440	27.266	5.440	27.269
Provisão para reestruturação		(714)	-	(714)	-
		215.850	227.033	213.876	226.183
Variações dos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(4.780)	(39.014)	(5.504)	(38.793)
Estoques		(25.731)	(28.327)	(26.116)	(27.816)
Tributos a recuperar		(14.629)	3.444	(14.623)	3.441
Depósitos judiciais		(16.496)	(18.951)	(16.496)	(18.951)
Outros créditos		545	(5.629)	547	(5.630)
Contas a receber de partes relacionadas		(1.036)	-	-	-
Fornecedores		2.950	24.299	2.899	24.357
Contas a pagar		(781)	1.196	(781)	1.187
Obrigações sociais e trabalhistas		(6.849)	(10.800)	(6.853)	(10.807)
Obrigações tributárias		(2.795)	111	(2.782)	92
Imposto de renda e contribuição social		(1.117)	-	(1.140)	-
Pagamentos de processos judiciais	21	(1.973)	(1.227)	(1.973)	(1.227)
Outros passivos		(41)	30	(39)	30
Caixa gerado nas operações		143.117	152.165	141.015	152.066
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.244)	(22.486)	(13.221)	(22.486)
Juros pagos no financiamento e passivo de arrendamento	16.b / 18	(41.477)	(29.357)	(41.477)	(29.357)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		88.396	100.322	86.317	100.223
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(168.612)	(120.056)	(168.612)	(120.056)
Aumento de capital em controlada		(2.125)	-	-	-
Concessão de mútuo a partes relacionadas	14.e	-	(1.984)	-	(1.984)
Recebimento de mútuo	14.e	-	2.009	-	2.009
Aporte de aplicação financeira	10	(9.500)	(4.000)	(9.500)	(4.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(180.237)	(124.031)	(178.112)	(124.031)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos no exercício	22.f	(16.898)	(14.015)	(16.898)	(14.015)
Pagamento de arrendamento mercantil	16.b	(64.312)	(50.687)	(64.312)	(50.687)
Pagamento do principal de empréstimos e financiamentos	18	(44.022)	(80.759)	(44.022)	(80.759)
Captação de empréstimos	18	354.831	250.000	354.831	250.000
Custos de transação de empréstimos		(5.089)	(75)	(5.089)	(75)
Pagamento de instrumentos derivativos		(918)	-	(918)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		223.592	104.464	223.592	104.464
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		131.751	80.755	131.797	80.656
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		144.795	64.040	144.843	64.187
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		276.546	144.795	276.640	144.843
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		131.751	80.755	131.797	80.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas				
Receita de serviços	1.029	673	1.029	673
Receitas de vendas	2.077.047	1.832.004	2.077.664	1.832.544
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	378	(55)	378	(55)
	2.078.454	1.832.622	2.079.071	1.833.162
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(1.168.813)	(994.888)	(1.168.967)	(995.065)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(263.793)	(243.684)	(264.458)	(243.892)
Perda e recuperação de valores ativos	1.117	(294)	1.078	(294)
Valor adicionado bruto	646.965	593.756	646.724	593.911
Depreciação e amortização	(108.786)	(79.500)	(108.786)	(79.500)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	538.179	514.256	537.938	514.411
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	7.684	7.582	7.684	7.583
Resultado de equivalência patrimonial	(2.410)	(573)	-	-
Outros	(6.929)	(2.108)	(7.001)	(2.104)
Valor adicionado total a distribuir	536.524	519.157	538.621	519.890
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	278.821	246.387	279.857	246.915
Benefícios	18.140	15.143	18.164	15.187
FGTS	19.930	16.922	20.060	16.965
Impostos, taxas e contribuições	134.401	139.507	135.169	139.451
Federais	103.731	111.598	104.491	111.541
Estaduais	21.003	19.512	21.003	19.512
Municipais	9.667	8.397	9.675	8.398
Remuneração de capitais de terceiros	64.609	57.269	64.748	57.443
Juros	55.473	45.435	55.481	45.442
Aluguéis	3.866	8.090	3.976	8.241
Outras	5.270	3.744	5.291	3.760
Remuneração de capitais próprios	20.623	43.929	20.623	43.929
Constituição da reserva legal	1.031	2.196	1.031	2.196
Distribuição de dividendos	4.898	10.433	4.898	10.433
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	(2.454)	-	(2.454)	-
Constituição da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	14.694	-	14.694	-
Reserva de retenção de lucros	2.454	31.300	2.454	31.300
Valor adicionado distribuído	536.524	519.157	538.621	519.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Grupo Fartura de Hortifrut S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, constituída e com início de suas atividades operacionais no ano de 2002, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como “Grupo”). O Grupo tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios e opera através de unidades comerciais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás e no Distrito Federal, bem como por canais digitais.

Em 16 de Agosto de 2021, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu o registro de companhia aberta categoria “A” a Companhia. Tal registro autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista de controladas da Companhia:

Controladas	Participação 2021 (%)	Participação 2020 (%)
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	99,00	99,00
Fresh Labs Ltda	100,00	-

Oba Gourmet

A controlada Oba Gourmet Restaurante Ltda. (“Oba Gourmet”), foi constituída em 2018, e iniciou as atividades em 01 de maio de 2019. A controlada tem sede na cidade de Limeira – São Paulo, tendo como atividade principal “restaurante”.

Fresh Labs Ltda

A controlada Fresh Labs Ltda (“Fresh Labs”), foi constituída em 03 de novembro de 2021, sem início das atividades até a data de publicação deste balanço. A controlada tem sede na cidade de Campinas – São Paulo, tendo como atividade principal “intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários”.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2022. Após a sua emissão, os acionistas devem aprovar quaisquer mudanças subsequentes nas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 16** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 26** – recuperabilidade do ativo fiscal diferido.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 28** - instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Controlada

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo despreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Reconhecimento de receita de contrato com cliente

Receita de vendas de mercadorias

As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento efetivo da venda, que é substancialmente o momento que a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues.

As vendas direto ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de contratos de clientes, o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor imaterial e, portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras.

d. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

A participação no resultado tem como base o atingimento de meta de receita e resultado alcançados, bem como avaliação do desempenho individual em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (“VJR”);
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) custo da mercadoria; e (iii) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Fundo de comércio	Tempo do contrato de aluguel
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o Método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo está inserido no segmento de Hortifrutigranjeiros e os recebimentos pelas vendas de produtos são valores em espécie ou através de administradoras de cartões de débitos e créditos.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A provisão para perdas é apresentada em linha separada na demonstração de resultado do Grupo (Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

I. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que refletia as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para processos judiciais

Uma provisão de contingências é reconhecida quando, por resultado de eventos passados, há uma obrigação presente provável de uma saída de recurso. No caso de passivo contingente, isto é uma obrigação possível que resulte de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle do Grupo, apenas a divulgação em suas demonstrações financeiras é efetuada.

n. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado.

8 Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

O Grupo não tem impactos relevantes pela alteração dessa norma.

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º. de janeiro de 2023. Para arrendamentos, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Não haverá impacto sobre os lucros acumulados com a adoção das alterações.

c. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	2.106	2.371	2.107	2.376
Bancos conta movimento	7.526	4.981	7.620	5.007
Numerários em trânsito	306	11	305	13
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	266.608	137.432	266.608	137.447
	276.546	144.795	276.640	144.843

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas que são títulos emitidos pelas instituições financeiras, cujos rendimentos estão atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário com média de rentabilidade entre 75% do CDI e 104,8% do CDI em 2021 (73% a 101% do CDI em 2020), e possuem liquidez imediata. As receitas geradas por estes investimentos são registradas como receita financeira.

10 Aplicações financeiras

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de capitalização (i)	500	1.000
BR Renda Fixa CP Corporate Ágil (ii)	5.172	5.000
CDB Pré-Fixado (iii)	10.230	-
	15.902	6.000
Ativo circulante	5.672	6.000
Ativo não circulante	10.230	-

- (i) O saldo é decorrente de investimentos em títulos de capitalização, atualizado pela Taxa Referencial (“TR”) aplicada às cadernetas de poupança.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresenta aplicações financeiras em fundos de investimento com o Banco do Brasil que corresponde a porção mínima de 5,00% de garantia do financiamento obtido junto ao mesmo, conforme detalhado na nota explicativa 18.f. A aplicação apresentou uma remuneração acumulada no ano de 2021 de 4,1062%.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresenta aplicações financeiras com taxa pré-fixadas no montante de R\$ 10.230 com o Banco Santander, essa aplicação tem vencimento em 17/07/2023 e tem sua taxa pré-fixada em 6,50% a.a.

11 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Duplicatas e cheques a receber	1.397	1.455	1.397	1.553
Duplicatas a receber com partes relacionadas (Nota 14)	203	1.072	203	261
Outras contas a receber	2.391	2.067	2.398	2.067
Administradoras de cartão	125.999	120.616	126.069	120.682
Sub-total	129.990	125.210	130.067	124.563
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(374)	(752)	(374)	(752)
Total	129.616	124.458	129.693	123.811

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber. O Grupo possui títulos cedidos em garantia conforme nota 18.f.

As operações com administradores de cartão de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas com vendas e distribuição.

O Grupo reconhece a perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber após análise individualizada dos clientes. Além disso, o Grupo tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 90 dias cujo recebimento não líquido é certo, exceto para o contas a receber com partes relacionadas. O saldo vencido a mais de 90 dias demonstrado no aging-list abaixo e não provisionados referem-se principalmente aos saldos a receber com partes relacionadas, a qual Administração avalia que são recuperáveis e nenhuma provisão para perda foi constituída.

O Grupo possuía provisão para perdas de crédito no montante de R\$ 374 (R\$ 752 em 2020), controladora e consolidado, conforme movimentação a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	752	697
Constituição por redução ao valor recuperável do exercício	46	55
Reversão por redução ao valor recuperável do exercício	(424)	-
Saldo final em 31 de dezembro	374	752

Abaixo segue o *aging list* do contas a receber de clientes e outras contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	129.178	123.044	129.255	122.397
Vencidos:				
30 dias	327	859	327	859
60 dias	47	101	47	101
90 dias	19	267	19	267
120 dias	25	12	25	12
180 dias	14	85	14	85
Acima de 180 dias	380	842	380	842
Total	129.990	125.210	130.067	124.563

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercadorias para revenda	137.591	115.662	137.591	115.684
Material de embalagem e uso e consumo	14.896	10.238	14.896	10.238
Adiantamento a fornecedores	3.268	8.220	3.268	8.160
Importação em andamento	2.855	-	2.855	-
Adiantamento a fornecedores - partes relacionadas (Nota 14)	-	347	-	-
Almoxarifado	229	-	229	-
	158.839	134.467	158.839	134.082

A provisão para perda de estoques foram realizadas de acordo com percentual de perda histórica aplicado sobre os saldos em aberto. A provisão líquida constituída nas demonstrações financeiras no exercício foi de R\$ 1.552 (R\$ 193 em 2020) e foi aplicada aos estoques de mercadorias para revenda, conforme apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	193	120
Constituição da provisão	4.619	3.018
Reversão da provisão	(3.260)	(2.945)
Saldo final em 31 de dezembro	1.552	193

13 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (a)	25.660	18.418	25.660	18.421
PIS e COFINS a recuperar (a)	12.397	5.352	12.397	5.355
INSS a recuperar	-	40	-	40
Outros	1.197	815	1.197	815
	39.254	24.625	39.254	24.631
Ativo circulante	20.936	14.994	20.936	15.000
Ativo não circulante (b)	18.318	9.631	18.318	9.631

- (a) O valor corresponde a créditos tributários extemporâneos de ICMS, PIS, COFINS, onde serão compensados com impostos a pagar. Os demais saldos correspondentes ao ICMS registrados nessa rubrica são decorrentes da operação do Grupo, bem como o crédito de PIS e COFINS oriundo da exclusão de ICMS reconhecido em 2021.
- (b) O valor correspondente a longo prazo refere-se majoritariamente aos avos de ICMS a recuperar incidentes sobre compra de ativo imobilizado, bem como o crédito de PIS e COFINS oriundo da exclusão de ICMS na base referente ao estado de São Paulo.

14 Partes relacionadas

a. Controladora

(i) *Contas patrimoniais – Ativo e Passivo*

	31/12/2021				31/12/2020			
	Contas a receber (nota 11)	Outras contas a receber	Passivo de arrendamento (nota 16.b)	Fornecedores (nota 17)	Contas a receber (nota 11)	Adiantamento a fornecedores (nota 12)	Passivo de arrendamento (nota 16.b)	Fornecedores (nota 17)
Oba Gourmet Restauntes Ltda. (ii)	-	-	-	-	811	347	-	-
Fresh Labs Ltda (iv)	-	1.036	-	-	-	-	-	-
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	(11.124)	-	-	-	(11.161)	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	-	-	(1)	-	2	-	(10)	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	-	-	-	-	3	-	(547)	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(199)
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	4	-	(181)	-	-	-	(256)	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	2	-	-	-	6	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	-	-	-	-	20	-	-	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	(5)	-	-	-	(934)
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	(57.192)	-	-	-	(49.832)	-
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	197	-	-	-	226	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	(10.743)	-	-	-	(3.503)	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (ii)	-	-	-	-	4	-	-	-
	203	1.036	(79.241)	(5)	1.072	347	(65.309)	(1.133)

(ii) Contas de resultado

	Impacto no resultado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros
Oba Gourmet Restaantes Ltda. (ii)	557	-	-	-	-	-	-	-
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	9.624	-	66	-	7.645
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	6	-	-	14	13	2	-	11
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	17	-	-	53	20	5	-	19
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	8	-	2.057	-	73	-	2.545	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	-	-	-	-	19	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	24	-	-	156	28	-	-	126
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	39	-	-	-	62	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	55	-	-	-	450	4	-	78
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	-	1	-	-	-
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	664	-	7.892	-	656	-	6.240
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	3.162	-	14	-	2.737	-	1	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	3.839	-	-	-	3.023
Agrindoor Agropecuária Ltda. (ii)	-	-	10	-	36	-	29	-
	3.868	664	2.081	21.578	3.439	733	2.575	17.142

b. Consolidado

(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

	Impacto nas contas patrimoniais					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Contas a receber (nota 11)	Outras contas a receber	Passivo de arrendamento (nota 16.b)	Fornecedores (nota 17)	Contas a receber (nota 11)	Passivo de arrendamento (nota 16.b)
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	(11.124)	-	-	(11.161)
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	-	-	(1)	-	2	(10)
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	-	-	-	-	3	(547)
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	-	-	-	(199)
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	4	-	(181)	-	-	(256)
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	2	-	-	-	6	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	-	-	-	-	20	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	(5)	-	(934)
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	(57.192)	-	-	(49.832)
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	197	-	-	-	226	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	(10.743)	-	-	(3.503)
Agrindoor Agropecuária Ltda. (ii)	-	-	-	-	4	-
	203	-	(79.241)	(5)	261	(65.309)
						(1.133)

(ii) Contas de resultado

	Impacto no resultado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	9.624	-	66	-	7.645
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	6	-	-	14	13	2	-	11
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	17	-	-	53	20	5	-	19
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	8	-	2.057	-	73	-	2.545	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	-	-	-	-	19	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	24	-	-	156	28	-	-	126
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	39	-	-	-	62	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	55	-	-	-	450	4	-	78
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	-	1	-	-	-
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	664	-	7.892	-	656	-	6.240
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	3.162	-	14	-	2.737	-	1	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	3.839	-	-	-	3.023
Agrindoor Agropecuária Ltda. (ii)	-	-	10	-	36	-	29	-
	3.311	664	2.081	21.578	3.439	733	2.575	17.142

c. Natureza das transações com partes relacionadas

- (i) Refere-se a saldo a pagar decorrente de contratos de aluguel (arrendamento mercantil) das lojas, cujo prazo de aluguel é de 5 a 10 anos, com pagamentos mensais. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total do passivo de arrendamento é de R\$ 79.241 (R\$ 65.309 em 31 de dezembro de 2020); Refere-se a compra e venda de mercadorias, com prazo médio de pagamento e recebimento de 30 dias;
- (ii) Refere-se a compra e venda de mercadorias, com prazo médio de pagamento e recebimento de 30 dias conforme demonstrado nas tabelas acima;
- (iii) Refere-se aos serviços prestados de engenharia para a construção das novas lojas e reformas nas lojas existentes conforme demonstrado nas tabelas acima.
- (iv) Refere-se a conta corrente com a controlada Fresh Labs Ltda.

As operações com partes relacionadas, apresentadas nos quadros acima são resultados principalmente de transações que a Companhia tem junto aos seus principais acionistas e suas controladoras mantém entre si e com outras entidades relacionadas, e foram registradas nos termos e condições citados acima acordado entre as partes.

d. Honorários dos profissionais chaves da Administração

O Grupo considera como “profissionais chaves da administração”, os integrantes da sua diretoria e conselho. A remuneração dos referidos profissionais, está composta por despesas que incluem salários, encargos sociais, pró-labore e bônus no montante de R\$ 15.394 (R\$ 10.643 em 2020) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e. Movimentação dos saldos de mútuos

(i) Mútuos a receber

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	-	1.534
Concessão de empréstimos	-	1.984
Provisão de IOF	-	22
Recebimento do principal e IOF	-	(2.009)
Mútuo compensados com dividendos (nota 22.f)	-	(1.531)
Saldo final	-	-

A transação com partes relacionadas refere-se a contratos de mútuos a receber remunerados a 100% do CDI, que foram quitados em março de 2020.

15 Imobilizado

a. Composição

Controladora

Taxas anuais mádias de depreciação (%)	<u>Líquido</u>			<u>Líquido</u>		
	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2020
Instalações comerciais	5	31.613	(14.267)	17.346	21.587	(13.333)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	192.605	(35.589)	157.016	161.494	(23.070)
Veículos	10	22.835	(14.038)	8.797	21.402	(13.771)
Computadores e periféricos	19	11.103	(5.612)	5.491	8.220	(4.300)
Móveis e utensílios	7	36.368	(15.650)	20.718	24.059	(13.909)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	241.523	(29.724)	211.799	153.212	(21.140)
Imobilizado em trânsito	-	20.347	-	20.347	3.571	-
Adiantamento para fornecedores	-	7.168	-	7.168	748	-
Capitalização de juros de empréstimos	4	3.511	-	3.511	-	-
	567.073	(114.880)	452.193	394.293	(89.523)	304.770

Consolidado

Taxas anuais mádias de depreciação (%)	<u>Líquido</u>			<u>Líquido</u>		
	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2020
Instalações comerciais	5	31.613	(14.267)	17.346	21.587	(13.333)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	192.605	(35.589)	157.016	161.533	(23.070)
Veículos	10	22.835	(14.038)	8.797	21.402	(13.771)
Computadores e periféricos	19	11.103	(5.612)	5.491	8.220	(4.300)
Móveis e utensílios	7	36.368	(15.650)	20.718	24.059	(13.909)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	241.523	(29.724)	211.799	153.212	(21.140)
Imobilizado em trânsito	-	20.347	-	20.347	3.571	-
Adiantamento para fornecedores	-	7.168	-	7.168	748	-
Capitalização de juros de empréstimos	4	3.511	-	3.511	-	-
	567.073	(114.880)	452.193	394.332	(89.523)	304.809

b. Movimentação

Controladora

	Saldo inicial 01/01/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 31/12/2021
Instalações comerciais	8.254	10.046	(933)	(21)	17.346
Máquinas, equipamentos e ferramentas	138.424	30.830	(11.840)	(398)	157.016
Veículos	7.631	2.524	(577)	(781)	8.797
Computadores e periféricos	3.920	2.895	(1.312)	(12)	5.491
Móveis e utensílios	10.150	12.353	(1.765)	(20)	20.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	132.072	89.054	(8.660)	(667)	211.799
Imobilizado em trânsito	3.571	16.776	-	-	20.347
Adiantamento para fornecedores	748	6.420	-	-	7.168
Capitalização de juros de empréstimos (Nota 18.a)	-	3.511	-	-	3.511
	304.770	174.409	(25.087)	(1.899)	452.193

	Saldo inicial 01/01/2020	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo Final 31/12/2020
Instalações comerciais	8.977	198	(903)	-	(18)	8.254
Máquinas, equipamentos e ferramentas	76.260	70.372	(8.336)	(100)	228	138.424
Veículos	7.210	2.220	(1.538)	(7)	(254)	7.631
Computadores e periféricos	3.402	1.606	(1.026)	(17)	(45)	3.920
Móveis e utensílios	10.186	1.296	(1.231)	(95)	(6)	10.150
Benfeitorias em propriedade de terceiros	86.595	51.237	(5.765)	-	5	132.072
Edificações	405	-	-	-	(405)	-
Imobilizado em trânsito	3.583	-	-	(507)	495	3.571
Adiantamento para fornecedores	4.379	-	-	(3.631)	-	748
	200.997	126.929	(18.799)	(4.357)	-	304.770

Consolidado

	Saldo inicial 01/01/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 31/12/2021
Instalações comerciais	8.254	10.046	(933)	(21)	17.346
Máquinas, equipamentos e ferramentas	138.463	30.830	(11.840)	(437)	157.016
Veículos	7.631	2.524	(577)	(781)	8.797
Computadores e periféricos	3.920	2.895	(1.312)	(12)	5.491
Móveis e utensílios	10.150	12.353	(1.765)	(20)	20.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	132.072	89.054	(8.660)	(667)	211.799
Imobilizado em trânsito	3.571	16.776	-	-	20.347
Adiantamento para fornecedores	748	6.420	-	-	7.168
Capitalização de juros de empréstimos (Nota 18.a)	-	3.511	-	-	3.511
	304.809	174.409	(25.087)	(1.938)	452.193

	Saldo inicial 01/01/2020	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 31/12/2020
Instalações comerciais	8.977	198	(903)	-	(18)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	76.299	70.372	(8.336)	(100)	228
Veículos	7.210	2.220	(1.538)	(7)	(254)
Computadores e periféricos	3.402	1.606	(1.026)	(17)	(45)
Móveis e utensílios	10.186	1.296	(1.231)	(95)	(6)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	86.595	51.237	(5.765)	-	5
Edificações	405	-	-	-	(405)
Imobilizado em trânsito	3.583	-	-	(507)	495
Adiantamento para fornecedores	4.379	-	-	(3.631)	-
	201.036	126.929	(18.799)	(4.357)	-
	304.809				

c. Garantias

O Grupo não possui bens dados em garantias em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

d. Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O Grupo não identificou indicativos que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação.

16 Arrendamento mercantil

O Grupo registra os arrendamentos como ativo de direito de uso (ativo imobilizado) e o passivo de arrendamento no seu balanço patrimonial. O Grupo arrenda imóveis para instalações de lojas. Esses arrendamentos possuem cláusula de opção de renovação após período de vigência. O Grupo avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Administração reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

a. Ativo de direito de uso (imóveis)

	Controladora e consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	222.617
Novos contratos	114.204
Depreciação acumulada (Nota 24)	<u>(60.593)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	276.228
Novos contratos	153.866
Depreciação acumulada (Nota 24)	<u>(78.542)</u>
Baixas arrendamento	<u>(4.472)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	347.080

b. Passivo de arrendamento

	Controladora e consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(234.476)
Novos contratos	(114.204)
Juros apropriados (Nota 25)	<u>(21.804)</u>
Pagamentos - principal	50.687
Pagamentos - juros	<u>21.804</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(297.993)
Novos contratos	(153.866)
Juros apropriados (Nota 25)	<u>(26.171)</u>
Pagamentos - principal	64.312
Pagamentos - juros	<u>26.172</u>
Baixas arrendamento	<u>5.321</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(382.225)
Circulante	70.419
Não circulante	<u>311.806</u>

A seguir apresentamos os montantes a pagar de arrendamento de longo prazo por ano de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021
Ano	
2022	42.473
2023	58.355
2024	50.948
2025	43.099
Acima de 2026	<u>116.931</u>
	311.806

O Grupo utilizou a taxa de média de desconto aplicada que variam de 6,23% a 12,62% a.a. para os contratos firmados de arrendamento considerando o tempo do contrato, obtidas utilizando como critério a taxa incremental de captação para um novo financiamento com prazo e condições similares.

Resumo do passivo de arrendamento por contraparte

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas (nota 14)	(79.241)	(65.309)
Outros (a)	<u>(302.984)</u>	<u>(232.684)</u>
	<u>(382.225)</u>	<u>(297.993)</u>

(a) Os montantes compostos por “outros” referem-se substancialmente a pessoas físicas ou jurídicas, considerando imobiliários ou empresas que possuem propriedades para investimentos. O Grupo não possui arrendamentos com instituições financeiras.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de mercadorias	120.930	120.527	120.951	120.593
Fornecedores de mercadorias com partes relacionadas (Nota 14)	5	1.133	5	1.133
Fornecedores de risco sacado (i)	148	-	148	-
Fornecedores de imobilizado	<u>17.634</u>	<u>9.371</u>	<u>17.634</u>	<u>9.377</u>
	<u>138.717</u>	<u>131.031</u>	<u>138.738</u>	<u>131.103</u>

(i) O Grupo participa de um contrato de financiamento, no qual seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de sua fatura antecipado por um banco, considerando os valores a receber do Grupo. Nos termos do acordo, um banco concorda em pagar os valores a um fornecedor participante em relação às faturas devidas pelo Grupo e recebe liquidação do Grupo em uma data posterior. O principal objetivo deste contrato é facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pelo Grupo a um banco antes da data de vencimento.

O Grupo não despreconheceu os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar no acordo. Da perspectiva do Grupo, o acordo não estende significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não estão participando. O Grupo não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores.

18 Empréstimos, financiamentos e debentures e Certificados de Recebíveis Agrícolas

					Controladora e consolidado	
					31/12/2021	31/12/2020
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp) (c)	R\$	CDI +1,40 a CDI + 2,43%	fev/2022 a Out/2026	271.019	111.764	
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro) - (d)	R\$	CDI + 1,46% a CDI + 2,30%	abr/2022 a mai/2027	227.168	125.315	
Debêntures (b)	R\$	CDI + 1,00% a CDI + 2,00%	set/2022 a dez/2023	66.224	109.357	
Debêntures - CRA (b)	R\$	CDI + 1,65%	dez/2027	100.351	-	
Custos de transação (e)	R\$	-	-	(5.801)	(1.306)	
				658.961	345.130	
Passivo circulante				226.723	45.070	
Passivo não circulante				432.238	300.060	
 A seguir apresentamos os montantes a pagar de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2021:						
Ano de vencimento						
2023				162.740		
2024				79.299		
2025				79.299		
Acima de 2026				115.329		
					436.667	
Custo de transação					(4.429)	
						432.238

a. Movimentação

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	345.130	174.913
Captação	354.831	250.000
Juros provisionados (nota 25)	18.935	8.010
Juros provisionados – Capitalizados (nota 15)	3.511	-
Variação cambial	376	361
Juros pagos	(15.305)	(7.553)
Amortização do principal	(44.022)	(80.759)
Custo de transação	(5.089)	(75)
Amortização do custo de transação (nota 25)	594	233
Saldo final	658.961	345.130

b. Debêntures

1^a emissão de debêntures simples

Em 5 de setembro de 2018, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 50.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 (“Valor Nominal Unitário”), perfazimento o montante total de R\$ 50.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures terão prazo de vigência de 4 anos contados da data de emissão, em 10 de setembro de 2018, com vencimento previsto para 10 de setembro de 2022, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 10 de dezembro de 2019.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A., acrescidas exponencialmente de 2% ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

2^a emissão de debêntures simples

Em 26 de novembro de 2019, através das deliberações da Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 80.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 (“Valor Nominal Unitário”), perfazimento o montante total de R\$ 80.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures terão prazo de vigência de 4 anos contados da data de emissão, em 10 de dezembro de 2019, com vencimento previsto para 10 de dezembro de 2023, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 10 de março de 2021.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A., acrescidas exponencialmente de 1% ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

3^a emissão de debêntures simples – Direitos creditórios do Agronegócio

Em 09 de novembro de 2022, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 3^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, com esforços restritos de distribuição, as quais representam direitos creditórios do agronegócio (“Créditos do Agronegócio”), nos termos do §1º, do artigo 23, da Lei nº11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”) e do artigo 3º da Instrução da CVM nº600, de 1º de agosto de 2018, conforme alterada (“Instrução CVM 600”) no valor de R\$ 100.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures terão prazo de vigência de 5 anos contados da data de emissão, em 16 de dezembro de 2021, com vencimento previsto para novembro de 2027, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão os juros amortizados trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 11 de março de 2022 e do principal em 13 de dezembro de 2023.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios equivalentes ao IPCA acrescido de 6,5332% (seis inteiros e cinco mil, trezentos e trinta e dois décimos de milésimo por cento) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (“Remuneração”).

Em conjunto a essa operação foi feito um SWAP protegendo toda a operação onde o índice foi alterado para a taxa CDI acrescida de 1,65% ao ano.

c. Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp)

Banco Santander

Em 07 de fevereiro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 60.000 junto ao Banco Santander.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 2 anos contados da data de emissão, em 10 de fevereiro de 2020, com vencimento previsto para 7 de fevereiro de 2022. O valor do principal será amortizado em uma única parcela em 7 de fevereiro de 2022 e os juros são pagos semestralmente a partir de 11 de agosto de 2020.

Sobre o valor incide juros remuneratórios pela taxa CDI + 1,40% ao ano.

Banco Itaú

Em 26 de novembro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$50.000 junto ao Banco Itaú.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 2 anos contados da data de emissão, em 04 de dezembro de 2020, com vencimento previsto para 31 de maio de 2022. O valor do principal será amortizado em uma única parcela no vencimento e os juros pagos trimestralmente a partir de 8 de março de 2021.

Sobre o valor incide juros remuneratórios pela taxa CDI + 2,43% ao ano.

Banco Santander

Em 12 de julho de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 50.000 junto ao Banco Santander.

O empréstimo terá o prazo de vigência de 2 anos contados da data de emissão, em 12 de julho de 2020, com vencimento final previsto para 14 de julho de 2023. Serão amortizadas o principal e juros em 5 (cinco) parcelas trimestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 14 de julho de 2022.

Sobre o valor incide juros remuneratórios pela taxa CDI + 2,00% ao ano.

Banco Itaú

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$100.000 junto ao Banco Itaú.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 5 anos contados da data de emissão, em 23 de novembro de 2021, com vencimento previsto para 27 de outubro de 2026. O valor do principal será amortizado em 13 parcelas trimestrais iniciando em 13 de novembro de 2023 e os juros pagos trimestralmente a partir de 22 de fevereiro de 2022.

Sobre o valor incide juros remuneratórios pela taxa CDI + 2,18% ao ano.

Citibank

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$4.142.027 junto ao Banco Citibank.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 6 meses contados da data de emissão, em 01 de dezembro de 2021, com vencimento previsto para 27 de maio de 2022. O valor do principal será amortizado em parcela única no vencimento da operação, assim como os juros.

Sobre o valor incide juros remuneratórios pela taxa de 119,85% do CDI.

d. Cédula de crédito bancário

1^a captação Banco do Brasil

Em 18 de março de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$25.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo terá o prazo de vigência de 2 anos contados da data de emissão, em 06 de abril de 2020, com vencimento previsto para 6 de abril de 2022. Será amortizada em prestação única no seu vencimento os juros mensais a partir de 6 de maio de 2020.

Sobre o valor incidirão juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,3% ao ano.

2^a captação Banco do Brasil

Em 22 de dezembro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$100.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo terá o prazo de vigência de 3 anos contados da data de emissão, em 28 de dezembro de 2020, com vencimento previsto para 28 de dezembro de 2023. Serão amortizadas anualmente em 5 parcelas, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 28 de dezembro de 2022 e os juros trimestralmente a partir de 28 de março de 2021.

Sobre o valor incidirão juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,28% ao ano.

3^a captação Banco do Brasil

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$100.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo terá o prazo de vigência de 5 e 6 meses anos contados da data de emissão, em 22 de novembro de 2021, com vencimento previsto para 28 de dezembro de 2027. Serão amortizadas anualmente em 5 parcelas, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 28 de dezembro de 2022 e os juros trimestralmente a partir de 15 de maio de 2027.

Sobre o valor incidirão juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,46% ao ano.

e. Custos de transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.306	1.464
Custos incorridos	5.089	75
(-) Amortizações	(594)	(233)
Saldo no final do exercício	5.801	1.306
Passivo circulante	1.372	532
Passivo não circulante	4.429	774

f. Garantias

Debêntures

De acordo com o contrato de debêntures, alguns recebíveis de operadoras de cartão de crédito estão dados em garantia fiduciária aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário. Esses recebíveis devem ser depositados em conta vinculada às operações, que não possui restrições.

Cédula de crédito bancário

O Grupo possui uma aplicação financeira no montante de R\$ 5.172 dado em garantia conforme mencionado na nota explicativa 10 (ii).

g. Principais compromissos assumidos

Debêntures

Cláusulas contratuais restritivas estão previstas nos contratos. O Grupo monitora de forma constante o adequado cumprimento. As cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial exequível ou decisão arbitral e/ou administrativa definitiva, todas de natureza condenatória; ii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, de valor superior a R\$ 5.000; iii) não manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida (valor calculado em bases consolidadas na Emissora igual i) à soma dos passivos junto a instituições financeiras, das operações de leasing operacional e financeiro, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, diminuído (ii) das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) pelo EBITDA (significa o lucro consolidado relativo aos 12 últimos meses, antes de juros, impostos, depreciação e amortização, não permitindo-se ajustes de efeito não recorrente (despesas, custos e/ ou receitas) igual ou inferior a 2,5, apurado anualmente. Caso o Grupo não seja capaz de atender referidos Covenants, as dívidas poderão vencer antecipadamente e o Grupo deverá antecipar o valor principal acrescido de juros.

O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações do Grupo poderão ser desencadeados, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes.

Cédula de crédito bancária

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) manter até a data da liquidação final das obrigações a conta de depósito no Banco do Brasil; ii) manter volume diário de agenda de recebíveis realizadas por meio de cartões de crédito, suficientes para amparar 5,00% do saldo devedor da presente operação; iii) inadimplemento de qualquer obrigação principal ou acessória; iv) sofrer falência, liquidação judicial ou extra-judicial; v) sofrer protesto cambiarista e; vi) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colar em risco as garantias constituídas.

19 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários e ordenados	7.591	6.992	7.678	7.029
Provisão para bônus	1.987	12.019	1.987	12.022
Outras obrigações	5.829	1.591	5.837	1.594
INSS a recolher	6.335	5.537	6.348	5.549
FGTS a recolher	1.819	1.551	1.820	1.550
Provisão para férias e encargos	26.318	23.598	26.326	23.665
	49.879	51.288	49.996	51.409

A movimentação do saldo de provisão de bônus segue conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	12.019	3.172	12.022	3.172
Provisão para bônus do exercício	5.440	27.266	5.437	27.269
Baixas por liquidação	(15.472)	(18.419)	(15.472)	(18.419)
Saldo inicial em 31 de dezembro	1.987	12.019	1.987	12.022

20 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - a pagar	7.380	7.517	7.390	7.521
Contribuição para financiamento da seguridade social	614	712	626	719
Programa de integração social	131	154	134	156
Imposto de renda retido na fonte	2.262	1.749	2.262	1.749
IPTU a pagar	108	-	108	-
Outros tributos	1.273	637	1.272	635
	11.768	10.769	11.792	10.780

21 Provisão para processos judiciais

O Grupo é parte em processos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto judicial.

Para as ações classificadas como probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda, conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão trabalhista (i)	34.185	18.985
Provisões cíveis	<u>227</u>	<u>68</u>
Total provisões	<u>34.412</u>	<u>19.053</u>
Depósitos judiciais trabalhistas	<u>(29.851)</u>	<u>(16.494)</u>
Total depósitos judiciais	<u>(29.851)</u>	<u>(16.494)</u>
Total líquido	<u>4.561</u>	<u>2.559</u>

(i) Do montante total de R\$ 34.185, o montante de R\$ 30.975 (R\$ 17.482 em 2020) refere-se a processos relativos a INSS terceiras entidades, em decorrência de decisões judiciais desfavoráveis em 2020, na qual a Administração junto aos seus assessores jurídicos avaliou que as chances de perda é provável no período. Desta forma, a provisão foi constituída. Consequentemente, o Grupo realizou depósito em juízo no montante de R\$ 29.851 (R\$ 16.494 em 2020). Os saldos estão apresentados pelo valor líquido na provisão para processos judiciais.

Movimentação da provisão para processos judiciais e dos depósitos judiciais

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	19.053	11.447
Constituição da provisão para processos judiciais	23.983	19.336
Reversão da provisão para processos judiciais	(6.651)	(1.022)
Pagamentos realizados durante o exercício	(1.973)	(1.227)
Adesão ao parcelamento de PIS e COFINS (i)	<u>-</u>	<u>(9.481)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	<u>34.412</u>	<u>19.053</u>
Saldo inicial depósitos judiciais	(16.494)	-
Realização de depósitos judiciais	<u>(13.357)</u>	<u>(16.494)</u>
Saldo inicial depósitos judiciais	<u>(29.851)</u>	<u>(16.494)</u>
Saldo final líquido	<u>4.561</u>	<u>2.559</u>

(i) Em 10 de março de 2020, o Grupo aderiu o parcelamento referente ao processo 10830-725609/2013-07, com diferimento de 60 parcelas. Em consequência, o saldo foi reclassificado de provisão para passivo.

Processos com perdas possíveis

O Grupo possui ações de natureza cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos, portanto, nenhuma provisão foi constituída, demonstramos abaixo os valores envolvidos:

	2021	2020
Cíveis	227	215
Trabalhistas (i)	7.095	8.265
Saldo final	7.322	8.480

(i) O Grupo detém o valor de R\$ 7.095 de processos trabalhistas como perda possível, sendo o principal processo referente contribuição previdenciária patronal.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 91.438, dividido em 2.781.220 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

	2021 e 2020	
	Participação	Valor
Carlos Roberto Alves	54,88%	50.181
Crescera Oba Growth CO - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	30,00%	27.431
Raimundo Desiderio Alves Caetano	10,50%	9.601
Luiz Las-Casas Alves	3,22%	2.944
Alex Alves dos Santos Brito	1,40%	1.281
	100%	91.438

b. Reserva de capital

Sujeito às limitações previstas no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente do lucro líquido após as deduções legais aplicáveis poderá ser alocado a constituição de reserva de capital com a finalidade de expansão das atividades da Companhia, se aprovado em assembleia geral de acionistas.

c. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos com aquisições e de capital de giro. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

d. Reserva de benefício fiscal ágio

A reserva de benefício fiscal constituída em janeiro de 2020, deve-se a incorporação reversa da Oba Growth, após a qual o benefício fiscal relativo ao ágio apurado na aquisição do Grupo Fartura foi registrado em contrapartida ao ativo fiscal diferido de R\$ 49.089 (nota 26.c) contra a reserva de benefício fiscal no patrimônio líquido.

Em 2017, a Crescera - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, por meio da empresa veículo Oba Growth Participações S.A. (“Oba Growth”), adquiriu participação societária na Companhia, o que, após alocação do preço de compra, gerou um ágio na aquisição. Houve a incorporação da empresa adquirente pelo investimento adquirido.

Em 31 de janeiro de 2020, o Oba Growth Participações S.A., que detinha 30% de participação foi reversamente incorporado pela Companhia. No seu reconhecimento inicial, as principais condições previstas na Lei nº 12.973/14 para aproveitamento fiscal do ágio tinham sido cumpridas.

e. Reserva de benefício fiscal subvenção

O Grupo Fartura está sujeito a determinados incentivos fiscais de ICMS, dentre os quais destaca-se a isenção prevista no Convênio ICMS nº 44, de 15.12.1975 (“Convênio 44/75”) para as operações com produtos hortifrutigranjeiros, esses benefícios fiscais reduzem a despesa de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tais como crédito presumido, redução de base de cálculo e redução de alíquota, apresentando um montante considerável de exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para viabilizar a utilização desse benefício, o Grupo cumpre os requisitos legais.

A Lei nº 12.973/14, em seu art. 30, § 3º, destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através da conta Lucros Acumulados, para a Reserva de Incentivos Fiscais está limitada ao valor do lucro líquido no encerramento do exercício.

f. Distribuição de dividendos

Conforme disposição estatutária, a Companhia distribuirá anualmente, desde que haja lucros suficientes para tal, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada ano, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	20.623	43.929
(-) Reserva legal (5%)	1.031	2.196
Base de cálculo dividendos	19.592	41.733
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (ações ordinárias)	4.898	10.433

Movimentação dos dividendos a pagar

Saldo em 1º de janeiro de 2020		-
Dividendos no exercício		25.979
Dividendos pagos		(14.015)
Dividendos compensados com mútuo a receber (nota 14.e)		(1.531)
		<u>10.433</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>10.433</u>
Dividendos no exercício		4.898
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores (i)		3.068
Dividendos pagos (i)		(16.898)
		<u>1.501</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>1.501</u>

(i) Em 2021, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos no montante de R\$ 16.898, sendo que, R\$ 10.433 refere-se a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício de 2020, R\$ 3.068 refere-se a distribuição de dividendos de lucros apurados em exercícios anteriores e R\$ 3.397 a título de antecipação dos dividendos mínimos apurados no exercício de 2021.

23 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vendas de mercadorias	2.194.930	1.935.071	2.195.606	1.935.689
Vendas de serviços e demais receitas	1.094	755	1.094	755
Receita bruta total	<u>2.196.024</u>	<u>1.935.826</u>	<u>2.196.700</u>	<u>1.936.444</u>
Tributos federais, estaduais e municipais	(180.007)	(156.566)	(180.175)	(156.739)
Receita operacional líquida	<u>2.016.017</u>	<u>1.779.260</u>	<u>2.016.525</u>	<u>1.779.705</u>

A receita líquida por canais de venda está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Física	1.895.114	1.671.087	1.895.622	1.671.532
Digital	120.903	108.173	120.903	108.173
Receita líquida total	2.016.017	1.779.260	2.016.525	1.779.705

Sazonalidade das operações

A receita líquida média de vendas durante o quarto trimestre é geralmente acima da receita líquida média de vendas durante os outros trimestres do ano. Em 2021, o quarto trimestre apresentou receita líquida 5,3% (19,2% em 2020) superior à média dos demais trimestres do ano.

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Compras de mercadorias	1.202.766	1.025.979	1.202.919	1.026.157
Pessoal	391.619	342.584	393.085	343.356
Propaganda e publicidade	19.692	16.811	19.692	16.811
Bonificações	(5.296)	(2.755)	(5.297)	(2.756)
Alugueis de veículos e maquinários	6.087	3.569	6.087	3.569
Ocupação	8.824	15.939	8.964	16.097
Transportes e fretes	33.002	25.555	33.002	25.555
Utilidades e serviços	40.588	31.684	40.678	31.755
Material de uso e consumo	27.203	49.260	27.241	49.306
Taxa de administração de cartão	21.069	19.215	21.093	19.231
Serviços prestados	25.838	24.901	26.207	24.912
Manutenção e reparos	17.147	14.441	17.156	14.458
Despesas gerais	13.561	12.035	13.649	12.040
Provisão para processos judiciais	15.032	7.288	15.032	7.288
Tarifas e tributos	2.769	2.842	2.795	2.863
Resultado com a alienação de ativo fixo	(269)	294	(230)	294
Resultado com a alienação de arrendamento mercantil	(849)	-	(849)	-
Depreciação e amortização	30.244	18.908	30.244	18.908
Depreciação arrendamento mercantil (Nota 16)	78.542	60.593	78.542	60.593
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber (Nota 11)	(378)	55	(378)	55
Outros receitas e despesas	7.421	7.360	7.492	7.356
	1.934.612	1.676.558	1.937.124	1.677.848
Custos das vendas	1.216.189	1.062.394	1.216.342	1.062.572
Despesas com vendas e distribuição	612.430	496.277	613.588	496.293
Despesas gerais e administrativas	84.430	74.674	85.456	75.773
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(378)	55	(378)	55
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 24.1)	21.941	43.158	22.116	43.155
	1.934.612	1.676.558	1.937.124	1.677.848

24.1 Outras (receitas) despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pré operacional (a)	12.362	20.772	12.362	20.772
Multa tributária	-	3	-	3
Despesa de reestruturação	2.868	219	2.868	219
Outras receitas/despesas	6.980	4.388	7.116	4.385
Provisão para contingências (b)	-	17.482	-	17.482
Receita (despesa) na alienação de bens permanentes	(269)	294	(230)	294
	21.941	43.158	22.116	43.155
Outras receitas	(269)	(78)	(230)	(78)
Outras despesas	22.210	43.236	22.346	43.233
	21.941	43.158	22.116	43.155

- (a) Nessa linha se contabiliza as despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tendo como principais gastos como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras despesas necessárias.
- (b) O saldo refere-se substancialmente aos processos contingências relativos a INSS terceiras entidades, em decorrência de decisões judiciais desfavoráveis em 2020, na qual a Administração junto aos seus assessores jurídicos avaliou que as chances de perda era provável.

25 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.132	969	4.132	969
Juros ativos	-	826	-	826
Variações cambiais ativa	1.363	1.376	1.363	1.376
Rendas em operações com derivativos	-	3.764	-	3.764
Outras receitas financeiras	1.847	-	1.847	-
	7.342	6.935	7.342	6.935
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(1.295)	(1.722)	(1.296)	(1.726)
Descontos financeiros	(1.477)	(1.175)	(1.477)	(1.175)
Despesas bancárias	(195)	(208)	(198)	(211)
Juros passivos e multas de mora	(1.440)	(842)	(1.445)	(843)
Juros sobre empréstimos e debêntures (nota 18)	(18.584)	(8.010)	(18.584)	(8.010)
Variações cambiais passiva	(1.204)	(7.819)	(1.204)	(7.819)
Despesas com derivativos	(6.225)	-	(6.225)	-
Juros sobre arrendamento (nota 16)	(26.171)	(21.804)	(26.171)	(21.804)
Juros CRA (nota 18)	(351)	-	(351)	-
Custos de empréstimos (nota 18)	(594)	-	(594)	-
	(57.536)	(41.580)	(57.545)	(41.588)
Resultado financeiro, líquido	(50.194)	(34.645)	(50.203)	(34.653)

26 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(3.739)	(26.269)	(3.751)	(19.692)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:				
Provisão para perdas de crédito esperadas	(128)	19	(128)	19
Provisão para perdas de estoques	462	25	462	25
Derivativos e variação cambial	1.710	(130)	1.710	(130)
Provisão para bônus	(3.336)	3.008	(3.335)	3.008
Outras diferenças temporárias	1.141	(315)	1.141	(315)
Provisão para processos judiciais	5.222	3.343	5.222	3.343
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(9.306)	(6.180)	(9.306)	(6.180)
Arrendamento CPC 06(R2)/IFRS 16	2.249	3.368	2.249	3.368
Prejuízo fiscal a compensar	-	-	(385)	290
Ágio na incorporação (nota 22.d)	<u>(2.454)</u>	<u>-</u>	<u>(2.454)</u>	<u>-</u>
	(4.440)	3.138	(4.824)	3.428
Total da despesa de impostos (nota 26.b)	(8.179)	(23.554)	(8.179)	(23.275)

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	%	%	%	%
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	- 28.801	- 67.483	- 28.801	- 67.204
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	(34) (9.825)	(34) (22.944)	(34) (9.825)	(34) (22.849)
Multas não dedutíveis	(0,63) (182)	(2,48) (1.676)	(0,63) (182)	(2,50) (1.677)
Outros	(9,15) (2.476)	1,12 757	(9,15) (2.476)	1,13 757
Resultado da equivalência patrimonial	(2,66) (765)	(0,29) (195)	(2,66) (765)	- -
Incentivos fiscais (PAT + Redução Adicional)	0,25 73	0,75 504	0,25 73	0,75 504
Subvenção de investimento (nota 22.e)	17,35 4.996	- -	17,35 4.996	- -
	(28,40) (8.179)	(34,90) (23.554)	(28,40) (8.179)	(34,62) (23.265)
Lucro Presumido	- -	- -	- -	(0,01) (10)
Total do imposto corrente e diferido	(28,40) (8.179)	(34,90) (23.554)	(28,40) (8.179)	(34,63) (23.275)

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	Reconhecido no exercício	Saldo em 31 de Dezembro de 2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	281	(128)	153	153	-
Provisão para perdas de estoques	66	462	528	528	-
Derivativos e variação cambial	107	1.710	1.817	1.817	-
Provisão para bônus	4.350	(3.336)	1.014	1.014	-
Outras diferenças temporárias	277	1.141	1.418	1.418	-
Provisão para processos judiciais	6.479	5.222	11.701	11.701	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(13.364)	(9.306)	(22.670)	-	(22.670)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	7.400	2.249	9.649	9.649	-
Ágio na incorporação (i) (nota 22.d)	49.089	(2.454)	46.635	46.635	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	54.685	(4.440)	50.245	72.915	(22.670)

Consolidado

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	Reconhecido no exercício	Saldo em 31 de Dezembro de 2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	281	(128)	153	153	-
Provisão para perdas de estoques	66	462	528	528	-
Derivativos e variação cambial	107	1.710	1.817	1.817	-
Provisão para bônus	4.349	(3.335)	1.014	1.014	-
Outras diferenças temporárias	277	1.141	1.418	1.418	-
Provisão para processos judiciais	6.479	5.222	11.701	11.701	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(13.362)	(9.306)	(22.668)	-	(22.668)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	7.400	2.249	9.649	9.649	-
Prejuízo fiscal a compensar	385	(385)	-	-	-
Ágio na incorporação (i) (nota 22.d)	49.089	(2.454)	46.635	46.635	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	55.071	(4.824)	50.247	72.915	(22.668)

- (i) A expectativa da Administração quanto à realização total dos créditos fiscais referente ao benefício do ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação reversa, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação	
	Benefício fiscal (ágio)	
2022		4.909
2023		4.909
2024		4.909
A partir de 2025		31.908
		46.635

Em 2021, a Companhia iniciou o processo de amortização do ágio para fins de benefícios fiscais considerando o prazo de 10 anos, sendo que, o montante de R\$ 2.454 corresponde ao terceiro e quarto trimestre de 2021. A Lei no 6.404/76, em seu art. 170, § 2o, destaca que a capitalização da parcela da reserva especial referida no caput deste artigo, correspondente ao benefício fiscal, somente poderá ser realizada ao término de cada exercício social e na medida em que esse benefício represente uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela Companhia.

27 Lucro líquido por ação

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	20.623	43.929
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	<u>2.781</u>	<u>2.781</u>
 Lucro básico por lote de mil ações	<u>7,42</u>	<u>15,80</u>

Não há diferença entre lucro básico diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

28 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado				
	Nota	Controlada		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	-	832	-	832
Aplicações financeiras	10	<u>15.902</u>	<u>6.000</u>	<u>15.902</u>	<u>6.000</u>
		<u>15.902</u>	<u>6.832</u>	<u>15.902</u>	<u>6.832</u>
Ativos mensurados ao custo amortizado					
Controlada					
Ativos, conforme o balanço patrimonial	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	
Caixa e equivalentes de caixa	9	276.546	144.795	276.640	
Contas a receber de clientes	11	129.616	124.458	129.693	
Outros créditos	-	<u>-</u>	<u>3.310</u>	<u>-</u>	
		<u>406.162</u>	<u>272.563</u>	<u>406.333</u>	
		<u>422.064</u>	<u>279.395</u>	<u>422.235</u>	
				31/12/2020	
				144.843	
				123.811	
				3.310	
				<u>271.964</u>	
				<u>278.796</u>	

(i) Do montante total em 2021 de R\$ 11.506 (R\$12.051 e R\$ 12.053 em 2020), controladora e consolidado, respectivamente, de outros créditos apresentados no balanço patrimonial, consideramos como ativos financeiros apenas o montante de R\$ 0 (R\$ 3.310 em 2020), classificados como custo amortizado. Os demais saldos se referem a despesas antecipadas.

Passivos mensurados pelo valor justo por meio de resultado					
		Controlada	Consolidado		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	3.821	-	3.821	-
Passivos mensurados ao custo amortizado					
		Controlada	Consolidado		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	658.961	345.130	658.961	345.130
Passivo de arrendamento	16.b	382.225	297.993	382.225	297.993
Fornecedores	17	138.717	131.031	138.738	131.103
Contas a pagar	-	11.920	13.415	11.928	13.423
Outros passivos	-	687	728	689	728
		1.192.510	788.297	1.192.541	788.377
		1.196.331	788.297	1.196.362	788.377

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	832	832
Aplicações financeiras	15.902	15.902	6.000	6.000
Caixa e equivalentes de caixa	276.546	276.546	144.795	144.795
Contas a receber de clientes	129.616	129.616	124.458	124.458
Outros créditos	-	-	3.310	3.310
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	3.821	3.821	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	658.961	658.961	345.130	345.130
Passivo de arrendamento	382.225	382.225	297.993	297.993
Fornecedores	138.717	138.717	131.031	131.031
Contas a pagar	11.920	11.920	13.415	13.415
Outros passivos	687	687	728	728

Consolidado	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	832	832
Aplicações financeiras	15.902	15.902	6.000	6.000
Caixa e equivalentes de caixa	276.640	276.640	144.843	144.843
Contas a receber de clientes	129.693	129.693	123.811	123.811
Outros créditos	-	-	3.310	3.310
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	3.821	3.821	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	658.961	658.961	345.130	345.130
Passivo de arrendamento	382.225	382.225	297.993	297.993
Fornecedores	138.738	138.738	131.103	131.103
Contas a pagar	11.928	11.928	13.423	13.423
Outros passivos	689	689	728	728

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide nota 28.c para mais detalhes.
- Os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem características a indexação pela DI + taxas pré fixadas.

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa que não possuem classificação, onde considera que os valores justos estão bem próximos aos seus valores contábeis. Não foram identificadas mudanças significativas nas premissas, que possa impactar na alteração de valores.

b. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

O Grupo mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras com instituições que apresentam ratings AAA em sua maioria, baseado nas avaliações das principais agências de rating. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições de primeira linha que apresentam ratings baseado nas avaliações das principais agências de rating.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo possuía os instrumentos financeiros derivativos conforme segue:

Instituição	Tipo de contrato	Exposição	Valor de referência		Valor justo		Ganho/ Perda	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ganho								
Banco do Itaú	Swap	EUR	-	50.000	-	49.168	-	832
							<u><u>-</u></u>	<u><u>832</u></u>
Perda								
Banco Itaú	Swap	EUR	50.000	-	51.989	-	(1.989)	-
Banco Itaú	Swap	USD	100.000	-	101.061	-	(1.061)	-
Banco CitiBank	Swap	USD	4.142	-	4.207	-	(65)	-
Banco Votorantim	Swap	IPCA	100.000	-	100.706	-	(706)	-
							<u><u>(3.821)</u></u>	<u><u>-</u></u>
							<u><u>(3.821)</u></u>	<u><u>832</u></u>

A mensuração da marcação a mercado do Swap foi realizada considerando o efeito das variações dos indexadores das pontas passivas e ativas, com base em informação de mercado disponível a época.

d. Gestão de capital

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, Certificados de Recebíveis Agrícolas (incluindo de curto e longo prazos) e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim summarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	18	658.961	345.130	658.961	345.130
Total do passivo de arrendamento	16.b	382.225	297.993	382.225	297.993
Caixa e equivalentes de caixa	9	(276.546)	(144.795)	(276.640)	(144.843)
Aplicações financeiras	10	(15.902)	(6.000)	(15.902)	(6.000)
Dívida líquida		748.738	492.328	748.644	492.280
Total do patrimônio líquido		228.292	215.635	228.292	215.635
Total do capital próprio e de terceiros		977.030	707.963	976.936	707.915
Índice de alavancagem financeira - %		77%	70%	77%	70%

e. Gestão de risco financeiro

(i) Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(ii) Gerenciamentos de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pelo Grupo é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados:

	Controladora				
	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos, debêntures instrumentos financeiros	18	274.752	302.511	236.679	-
Fornecedores	17	138.717	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	70.419	42.474	152.402	116.930
Contas a pagar	-	11.920	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	18	55.540	202.364	109.224	-
Fornecedores	17	131.103	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	71.638	89.079	90.912	46.364
Contas a pagar	-	13.415	-	-	-

Consolidado

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	18	274.752	302.511	236.679	-
Fornecedores	17	138.738	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	70.419	42.474	152.402	116.930
Contas a pagar	-	11.928	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	18	55.540	202.364	109.224	-
Fornecedores	17	131.103	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	71.638	89.079	90.912	46.364
Contas a pagar	-	13.423	-	-	-

O Grupo mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras, e apresentou um crescimento nas vendas em 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresenta um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 276.546 e R\$ 276.640, controladora e consolidado, respectivamente.

Quanto aos recebíveis foram avaliadas todas as medidas para potenciais riscos de não serem quitados, inclusive com a situação de pandemia causada pelo COVID-19. Onde o prazo médio de recebimento não foi alterado e o maior percentual de recebimento das vendas do Grupo são por meio de cartões de débitos e créditos que assegura o recebimento no prazo.

f. Exposição a riscos de taxas de juros e risco cambial

O Grupo está exposto ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros (Depósitos Interfinanceiros (DI)), e variação cambial), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à estas variáveis são apresentadas a seguir:

Seleção dos riscos

O grupo selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros (DI) e variação cambial.

Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o Grupo apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros, foram consideradas expectativas de taxas vigentes em data próxima a apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, conforme informações extraídas do boletim Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Para a análise dos efeitos da variação cambial, consideramos a média ponderada das taxas de câmbio para o vencimento (obtida por meio da curva futura da moeda analisada) dos instrumentos expostos a risco cambial.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros e taxa de câmbio foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Risco	Cenário I			Cenário II		Cenário III	
	Provável	Adverso	Provável	Adverso	Extremo		
Juros DI - Aumento		11,44%		12,35%		13,73%	
Câmbio (USD)		5,8595		6,1386		6,9756	
Câmbio (Euro)		6,6400		6,9562		7,9048	

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – DI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Ganho/(Perda)			
			31/12/2021	Provável	Adverso	Adverso
				Provável	Extremo	
Aplicações Financeiras	mar/22	Aumento DI	202.785	1.185	1.661	2.377
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	Abr/22 e Dez/23	Aumento DI	282.078	(11.939)	(16.713)	(23.905)
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp) Fev/22 e Jul/23		Aumento DI	287.403	(1.398)	(1.944)	(2.767)
CRA (3 ^a emissão de Debêntures)		Aumento DI	162.581	(4.979)	(12.625)	(18.049)
Debêntures (1 ^a e 2 ^a Emissão)	Set/22 e Dez/23	Aumento DI	72.420	(1.422)	(1.983)	(2.827)

Análise de sensibilidade de variações taxa de câmbio

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de câmbio, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Ganho/(Perda)			
			31/12/2021	Provável	Adverso	Adverso
				Provável	Extremo	
Linha de crédito em moeda estrangeira	mai/22	Cambio	155.429	(7.771)	(15.543)	(38.857)
Derivativos	mai/22	Cambio e DI	183.479	7.356	15.014	38.291

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros do Grupo. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores distintos a aqueles apresentados anteriormente, resultado da subjetividade no processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

g. Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência de volatilidade da moeda estrangeira, porém, o Grupo mitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção, buscando neutralizar a volatilidade do câmbio.

h. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

29 Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa:

Controladora e consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Adições de ativo de direito de uso	(153.866)	(114.204)
Baixa de ativo de direito de uso	4.472	-
Imobilizado - Adições	(4.736)	(9.157)
Mútuos a receber	-	1.531
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	(154.130)	(121.830)
Adições de passivo de arrendamento	153.866	114.204
Baixa de passivo de arrendamento	(4.472)	-
Reserva de benefício fiscal	-	49.089
Dividendos a pagar	-	(1.531)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	149.394	161.762

30 Eventos subsequentes

No dia 07 de fevereiro de 2022 a Companhia liquidou o contrato firmado junto ao Banco Santander no valor de R\$ 60.000 na modalidade 4.1.3.1.

* * *

Alex Alves dos Santos Brito
Presidente

Alexandre Otomo de Almeida
Diretor Financeiro

Pedro Henrique Barboza
Diretor de Controladoria

Fernanda Nave Catania
Contadora
CRC: SP-295308/O-0